

Paulo Freire, Administrador Público

A Experiência de Paulo Freire na Secretaria da Educação da Cidade de São Paulo [1989-1991]

Moacir Gadotti (USP, São Paulo)

Carlos Alberto Torres (UCLA, Los Angeles)

Por mais de quinze anos desenvolvemos, por vias paralelas, um estudo e exposição biográfica, heurística, crítica e interpretativa da perspectiva teórica e da prática pedagógica de Paulo Freire. Hoje cabe-nos, com prazer e atrevimento, prologar um livro de Paulo muito especial.

Um livro que surgiu no calor de uma experiência política e administrativa na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, na administração de Luiza Erundina, sob a efígie política do Partido dos Trabalhadores (PT) e com Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação.

Quando a 15 de novembro de 1988 o Partido dos Trabalhadores ganhou as eleições municipais, o triunfo apanha o PT de surpresa. Os planos de governo haviam sido feitos no calor ideológico da confrontação (para marcar as diferenças, estabelecer os limites das outras possíveis gestões administrativo-políticas), porém não tinha havido tempo nem espaço mental para definir planos técnicos mais detalhados de governo.

Para a nova administração municipal foi muito simples escolher quem dirigiria a Secretaria Municipal de Educação — a secretaria cujo orçamento implica um terço da receita do município, emprega mais de um terço do total dos funcionários municipais, e possivelmente seja uma das entidades governamentais mais presentes na vida cotidiana dos setores populares em São Paulo.

Paulo Freire era a opção mais lógica. Membro-fundador do PT, membro da Comissão de Educação do partido, presidente da Fundação Wilson Pinheiro, do PT, e um verdadeiro mito vivo da pedagogia crítica. Os trabalhos de Paulo Freire têm reconhecimento nacional e internacional. A obra de Freire tem suscitado múltiplas polêmicas, convidando à experimentação educativa e à inovação. Enfim, sua obra tem sido objeto de leituras, textos acadêmicos, teses doutorais, no Brasil e no mundo inteiro.

Freire era o símbolo da mudança educativa que o PT propunha para a população de São Paulo. Ademais, esse educador, que viera de um exílio de mais de quinze anos, encontrava-se em São Paulo, tendo reaprendido o Brasil após regressar e viajar incessantemente, dando palestras, ouvindo o professor, o dirigente sindical e político, o camponês, a mulher trabalhadora, o trabalhador industrial, o morador da favela, o “Gramsci popular” — como ele disse anos atrás a Carlos Alberto Torres.

No começo da administração petista, ele era um símbolo, e ainda segue sendo-o. Mas também uma realidade. Vigorosa, imaginativa, capaz de sentar-se para discutir as premissas epistemológicas do novo modelo de educação que queria implantar com sua equipe de trabalho em jornadas de longas horas, como visitar uma escola e ouvir pacientemente o zelador, o professor, o vigia, o pai de família, ou então discutir com as crianças que o aprender é gostoso porém requer disciplina. Capaz de sentar-se pacientemente em seu escritório para assinar quatrocentos memorandos diários, enquanto comentava, com saudades, como desfrutaria esse tempo relendo os clássicos da filosofia ou escrevendo os três ou quatro livros que planejava escrever no momento em que foi convidado por Luiza Erundina.

Após dois anos da implementação de um novo modelo educativo, consolidando uma equipe de primeira linha, mais experiente e amadurecido que no princípio, cheio de entusiasmo, medo e ousadia, e depois de suportar todo tipo de críticas dos jornais, de diferentes setores antigovernamentais (incluindo membros de

seu próprio partido) e da burguesia paulista, Freire decidiu que era tempo de reencontrar-se com os clássicos, na intimidade de sua biblioteca. Também era tempo de continuar sua peregrinação intelectual, desta vez não só como uma figura pedagógica muito significativa, mas sim como um “embaixador *ad honorem*” da Secretaria de Educação de São Paulo.

Freire não se retira da Secretaria Municipal de Educação porque o modelo que ajudou a traçar e implementar tenha fracassado. Ao contrário, ele se retira com a convicção de que sua tarefa, prática e simbólica, já estava consumada. Aos setenta anos, o autor de *Pedagogia do Oprimido* decide voltar à sua biblioteca e às suas aulas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Prosseguindo com nossas atividades de elaborar uma biografia intelectual do educador Paulo Freire, podemos estudar essa sua etapa como tomador de decisões, como administrador. Nossas experiências de estudo são diferentes. Durante esse tempo, Moacir Gadotti desempenhou, primeiro, o cargo de chefe de Gabinete e, depois, foi assessor especial, desfrutando e também sofrendo as peripécias da administração pública. Por sua vez, Carlos Alberto Torres, professor da Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), EUA, efetuou, com apoio de uma bolsa da National Academy of Education — Spencer Fellowship e do Centro de Estudos Latino-Americanos da UCLA, uma pesquisa sobre o processo de tomada de decisões na política educativa municipal em São Paulo.

Como secretário de Educação, Paulo Freire não passou tanto tempo refletindo teoricamente sobre o poder ou teorizando sobre a politicidade da educação, mas exercendo o poder — se bem que delimitado ou fragmentado — mas poder educativo, enfim. Uma nova etapa de Freire como tomador de decisões no Brasil, do mesmo modo que havia sido há vinte e seis anos antes como coordenador da Comissão de Cultura Popular.

O que se fez nesses dois anos e o que se continua fazendo sob a vigorosa e entusiasta direção do filósofo Mário Sérgio Cortella, sucessor de Paulo Freire como secretário de Educação na Municipalidade de São Paulo?

A administração educativa da cidade de São Paulo não é uma tarefa tão fácil. No início de seu mandato, Freire encontrou 700 escolas, muitas delas em condições bastante precárias, uma educação municipal de pouca qualidade, servindo a 720 000 alunos distribuídos, por partes iguais, entre educação infantil (4-6 anos) e educação fundamental (7-14 anos). No total, 39 614 funcionários da educação municipal (professores, administradores e pessoal de apoio), que representam 30% do total de servidores públicos da cidade de São Paulo, constituem um desafio à imaginação administrativa e pedagógica.

A cidade de São Paulo, a segunda maior da América Latina depois da Cidade do México e uma das cinco maiores metrópoles do mundo, tem 11,4 milhões de habitantes, dos quais 1,2 milhão são analfabetos.

São Paulo é o centro financeiro do Brasil e o Município de São Paulo contou com um orçamento, para 1990, de 3,87 bilhões de dólares. A Secretaria de Educação Pública, que por lei municipal deve receber 25% dos impostos arrecadados no município, contou com um orçamento educativo de meio bilhão de dólares.

Quatro objetivos marcam a ação da administração Freire em São Paulo: 1) ampliar o acesso e a permanência dos setores populares — virtuais únicos usuários da educação pública; 2) democratizar o poder pedagógico e educativo para que todos, alunos, funcionários, professores, técnicos educativos, pais de família, se vinculem num planejamento autogestionado, aceitando as tensões e contradições sempre presentes em todo esforço participativo, porém buscando uma substantividade democrática; 3) incrementar a qualidade da educação, mediante a construção coletiva de um currículo interdisciplinar e a formação permanente do pessoal docente; 4) finalmente, o quarto grande objetivo da gestão

— não poderia ser de outra maneira — é contribuir para eliminar o analfabetismo de jovens e adultos em São Paulo.

Diversos instrumentos e políticas foram implementados para cumprir esses objetivos, incluindo-se desde atividades de reparo e restauração de edifícios e bancos escolares, profundamente afetados pela falta de investimento na educação devida à administração anterior, de Jânio Quadros, até um incremento do material didático para alunos e, especialmente, professores, requisitos indispensáveis para avançar no sentido de uma educação de qualidade.

Entre os instrumentos mais audazes contam-se: a implementação, a fundo, dos conselhos de escola, criados mas não implementados na administração de Guiomar Namó de Mello no tempo de Mário Covas (1983-1985), onde a gestão democrática da escola se negocia (sempre entre tensões de índole variada); a implementação de um ambicioso plano de reforma curricular baseada na noção de um tema gerador compreendido como uma perspectiva interdisciplinar e sustentado num mecanismo de formação permanente dos professores e pessoal de avaliação; e a criação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de São Paulo (Mova), iniciativa dos movimentos sociais de São Paulo, como uma maneira de estabelecer uma parceria entre movimentos sociais e o setor público.

O modelo político-pedagógico que inspira essa administração popular em educação é a noção de *escola pública popular*. Num primeiro documento elaborado pela administração Freire e publicado no *Diário Oficial* do Município de São Paulo em 1º de fevereiro de 1989, com o título “Aos Que Fazem a Educação Conosco em São Paulo”, se definem os eixos diretores da proposta de escola pública popular:

“A qualidade dessa escola deverá ser medida não apenas pela quantidade de conteúdos transmitidos e assimilados, mas igualmente pela solidariedade de classe que tiver construído, pela possibilidade que todos os usuários da escola — in-

cluindo pais e comunidade — tiverem de utilizá-la como um espaço para a elaboração de sua cultura.

“Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de idéias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de auto-emancipação intelectual independentemente dos valores da classe dominante. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser.

“A marca que queremos imprimir coletivamente às escolas privilegiará a associação da educação formal com a educação não-formal. A escola não é o único espaço da veiculação do conhecimento. Procuraremos identificar outros espaços que possam propiciar a interação de práticas pedagógicas diferenciadas de modo a possibilitar a interação de experiências. Consideramos também práticas educativas as diversas formas de articulação que visem contribuir para a formação do sujeito popular enquanto indivíduos críticos e conscientes de suas possibilidades de atuação no contexto social.” (*Diário Oficial* do Município de São Paulo, 01.02.89.)

Os textos de Paulo Freire recolhidos no presente volume podem ser divididos em duas grandes partes: “Educar Para a Liberdade Numa Metrópole Contemporânea” e “Reflexões Sobre a Experiência Com Três Educadores”.

São textos de briga, de batalha, do cotidiano pedagógico, político e administrativo. Não constituem uma avaliação sistemática de Freire sobre esses dois anos e meio de administração educativa. Essa avaliação será feita num próximo livro seu, *Cartas a Cristina*, que Freire foi escrevendo durante a última década.

Os primeiros resultados da política educativa são positivos. A taxa de retenção foi aumentada de 77,45% em 1988 para 81,31% em 1990 — o melhor índice dos últimos dez anos. A imprensa paulista, a partir de suas próprias pesquisas, informa que a Secretaria de Educação de São Paulo é o órgão mais popular da Prefeitura Municipal. Os salários do magistério têm sido melhorados substantivamente — talvez seja este um dado que explique a maior produtividade do sistema. Está em fase final de elaboração o primeiro esboço de um Estatuto do Magistério, primeira medida desse tipo na história da educação pública municipal de São Paulo. Mais de 90 movimentos sociais assinaram convênios com a Secretaria de Educação como parte do Mova. Enfim, esses são apenas alguns indicadores da primeira metade da gestão do PT em educação, sob a condução direta de Paulo Freire. Resta, é claro, a necessidade de se fazer uma avaliação rigorosa, uma vez completado todo o mandato.

Não resta dúvida de que a noção de politicidade da educação, a qual Paulo Freire não deixa de repetir, e a noção da educação como um ato de conhecimento, têm estado intimamente presentes na prática cotidiana de Freire como secretário de Educação da Cidade de São Paulo.

Confiamos em que a leitura destas páginas oferecerá ao leitor uma oportunidade excelente para dialogar com um grande educador sobre a educação na cidade.

São Paulo, 6 de julho de 1991.